

Direitos humanos

PRINCIPAIS MEDIDAS

■ IDOSOS

O presidente criou o Conselho Nacional de Direitos do Idoso. O aumento do número de brasileiros com mais de 60 anos forçou o governo a estudar medidas para garantir a integridade física e mental dessa população. Uma das propostas é a criação do disque-idoso para denunciar maus-tratos. O Conselho também deverá regulamentar a Política Nacional do Idoso, aprovada pelo Congresso em 1994 e até hoje sem normatização.

■ MULHERES

No texto do plano, o assunto aborto é tratado como questão de saúde pública. O governo promete fazer cumprir a lei que garante o acesso ao aborto em hospitais da rede pública em caso de estupro e de risco de vida para a mãe. Também se promete incentivar o levantamento de estatísticas sobre a situação da mulher no mercado de trabalho. Está previsto ainda que 20% das vagas do serviço público sejam

ocupadas por mulheres. Junto com o plano, o presidente sancionou uma lei de autoria da deputada Nair Lôbo (PMDB-GO) que permite a um juiz de pequenas causas afastar o agressor do convívio familiar.

■ HOMOSSEXUAIS

O plano dá apoio ao projeto de autoria da atual prefeita de São Paulo, Marta Suplicy (PT), que permite a parceria civil entre pessoas do mesmo sexo. O texto tramita desde 1995 no Congresso, sem nunca ter sido colocado em votação por pressão das bancadas religiosas. O projeto foi alterado para não tratar da adoção de filhos por casais homossexuais. O principal objetivo é garantir o direito de herança ao parceiro e a divisão de bens em caso de separação. O plano de direitos humanos também sugere a permissão para alterar o registro civil de transexuais, depois da operação de mudança de sexo. O procedimento cirúrgico, entretanto, ainda é raro

nas redes públicas de hospitais. O documento propõe a exclusão do Código Penal Militar da expressão "pederastia", considerada crime passível de expulsão da corporação. Está previsto ainda o apoio a programas de combate à agressão a grupos homossexuais.

■ NEGROS

Hoje os ministérios da Justiça e do Desenvolvimento Agrário reservam 20% de suas vagas aos negros. Com o plano todo o serviço público federal deverá adotar essa medida. Além disso, o documento reconhece a dívida do Estado brasileiro com a escravidão.

■ AÇÃO AFIRMATIVA

Será incluído como critério de desempate técnico em licitações públicas a existência de políticas de ação afirmativa nas empresas, como contratação de negros e deficientes. Já existe uma lei que obriga a todas as empresas e órgãos

públicos a contratar funcionários portadores de deficiência, entretanto, poucos cumprem a determinação.

■ ALIMENTAÇÃO

Será criado o Conselho Nacional de Direito à Alimentação, que vai apoiar programas de aleitamento materno, medidas para erradicar a desnutrição infantil e propor redução da carga tributária sobre produtos alimentares essenciais.

■ SEXO

O plano defende o apoio a programas para proteção da saúde de profissionais do sexo, principalmente na prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST).

■ POLÍCIA

Defende a adoção nas academias de polícia de um programa de formação em direitos humanos; a criação da Ouvidoria da Polícia Federal.

■ CRIANÇA E ADOLESCENTE

O plano defende o combate à pedofilia e também a redução dos tipos informais de trabalho infantil, especialmente na zona urbana.

■ POVOS INDÍGENAS

O plano vai apoiar a aprovação do Estatuto das Sociedades Indígenas, no Congresso há 10 anos. A principal polêmica do projeto é transformar os índios em cidadão plenos, hoje eles estão sob a tutela da Fundação Nacional do Índio (Funai) que responde por eles.

■ ESTRANGEIROS

O plano defende uma nova lei de imigração e naturalização, regulando a situação dos estrangeiros.

■ PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Programas de educação profissional para portadores de deficiência serão incentivados.